

Fazendo o condomínio, tecendo a cidade: dinâmicas de segregação urbana no contexto dos megaeventos

CONCEIÇÃO, W. da S. *“Sossega, moleque, agora você mora em condomínio”*: segregação, gestão e resistências nas novas políticas de moradia popular no Rio de Janeiro. Curitiba: Appiris Editora, 2018.

Por Frank Andrew Davies¹

Artigo recebido: dezembro de 2017

Artigo aprovado: janeiro de 2018

Preocupado em entender as dinâmicas que envolvem a política habitacional recente, Wellington da Silva Conceição escolheu investigar em seu doutoramento, realizado no PPCIS-UERJ², o cotidiano de um condomínio popular construído nas vizinhanças de um complexo de favelas na zona norte carioca. O termo “condomínio popular” é utilizado pelo autor em referência aos espaços de moradia caracterizados pela morfologia condominial, um modo de habitar muito utilizado pelas elites nas cidades brasileiras, mas que, em casos particulares, atende ao público de origem popular e/ou favelada.

Os condomínios populares foram aplicados como políticas de Estado no contexto das transformações da cidade do Rio de Janeiro para os megaeventos, associados a outras ações de ordenamento e circulação da população pobre pela cidade. A retomada das práticas de remoção de favelas, justificadas por riscos ambientais e questões técnicas (RIBEIRO; OLINGER, 2013), foram uma marca da primeira gestão do prefeito Eduardo Paes (2009–2012), responsável ao todo pelo desalojo de 67 mil famílias (FAULHABER; AZEVEDO, 2015).

Aos removidos, três opções eram oferecidas como alternativa à perda da casa: a indenização compensatória (normalmente considerada de valor pequeno comparado a antiga moradia), a compra assistida (em que o moradores escolhe a casa e o governo a compra, mas também sob um limite baixo de custo) e o reassentamento (em que o governo providencia a nova moradia).

Como solução mais requisitada, o reassentamento impulsionou a construção de habitações populares na cidade, em especial aproveitando os investimentos do programa federal Minha Casa Minha Vida (MCMV). Lançado em 2009, o MCMV pretendeu amenizar o déficit habitacional das cidades por meio de subsídio ou financiamento de imóveis de acordo com a faixa de renda familiar. Em alguns casos, as unidades habitacionais foram compradas pelos governos estadual e municipal para realocar aqueles que eram removidos das favelas. No caso do condomínio Esperança, pesquisado pelo autor, os prédios inicialmente voltados a famílias com renda de 4 a 6 salários mínimos foram comprados para o reassentamento daqueles removidos na favela próxima, alvo de uma série de obras financiadas pelo governo federal sob a alcunha de PAC Favelas³.

Assim, Wellington aponta que a produção de novas moradias não pretendeu de fato reduzir o déficit de moradias na cidade, mas atender a uma retomada da prática de remoção de favelas. Diferente dos anos 1960 e 1970, contudo, a gestão Paes acionou esse dispositivo sem pretender extingui-las, mas “desadensá-las”, reconfigurando as formas de habitar e dispersando essa população sobre o território urbano.

Assim a morfologia condominial se inscreve nas dinâmicas de transformação do espaço marcando também novas formas de diferenciação dessa população, em geral estigmatizada pela pecha de “favelados”. Uma importante contribuição do autor refere-se à análise dos efeitos dessa política à vida dos moradores, adotando para isso um olhar antropológico sensível às interações do cotidiano e as dinâmicas que envolvem a condição de “condôminos”. Chama atenção,

por exemplo, as novas marcas de diferenciação dos moradores frente à favela: muros, portões e equipamentos de vigilância operam como uma “estética da distinção” (p. 258), contribuem para a demarcação de fronteiras (menos físicas do que simbólicas) e ajudam a instituir novas formas de conduta, dissociadas dos “males” de viver na favela.

A análise vai fundo nas questões que envolvem as formas como essas fronteiras se inscrevem no cotidiano do condomínio, as flutuações pelas quais passam ao longo dos anos e os agenciamentos que operam em torno dessas dinâmicas. Este é, de fato, o tema de interesse ao autor: como os favelados se tornam moradores de condomínio? Em que medida e de que maneira, essas categorias se diferenciam entre si?

Na época da pesquisa de campo, realizada entre 2013 e 2015, Wellington compartilhava com seus pesquisados da condição de morador(es) de “conjunto habitacional”, ou seja, de empreendimentos de habitação popular realizados pela administração pública, em ambos os casos provocados pela remoção de favelas. A origem do autor na Cidade Alta⁴ operou para o estabelecimento de uma rápida empatia com seus informantes, conforme considerou, mas além disso, acredito que essa aproximação fez a diferença para um olhar investigativo atento, sensível e original sobre os processos de “ressocialização” e as respostas elaboradas pelos moradores.

O autor considera que diferentes situações operaram para a “conversão” do favelado em morador de condomínio, causadas por diferentes agentes. Na inauguração do condomínio Esperança, por exemplo, o ex-presidente Luiz Inácio Lula da Silva fez um discurso que enalteceu os moradores “[...] como uma população moralmente escolhida, apesar do PAC e do PMCMV no Complexo da Paz não ter realizado qualquer tipo de seleção moral dos seus futuros beneficiados” (p. 75). Diferente dos favelados e da representação da violência urbana atrelada a esses espaços de moradia, o político preferiu identificar os condôminos como “trabalhadores”, aos quais eram dadas as condições de “um novo começo”.

Dessa maneira, viver em condomínio provoca mais do que uma mudança de casa ou de endereço, mas uma transformação do status e das possibilidades de reversão do estigma. O autor aprofunda na análise as manipulações possíveis da identidade de condômino e favelado a partir de certos contextos em que, ser favelado pode ser acionado mesmo na condição de morador de condomínio e a mesma identificação atinge diferentes sentidos segundo os grupos etários. A questão das identificações é complexa e assim sabe o autor, que se preocupa em trabalhar essas diferenciações considerando suas particularidades e as potencialidades de cada uma dessas categorias.

Para os moradores do Esperança, um aspecto comum a inserção à vida condominial era o seu propósito civilizatório. Mais do que um discurso de inauguração, a condição de “trabalhador” e de um “novo começo” implicava na prática a valorização e a adoção de outros modos de viver e ocupar o espaço por essa população que, por suposição, não as conheciam anteriormente. Os “encontros de integração”, promovidos pela equipe de trabalho social e obrigatórios aos novos residentes do condomínio, revelavam quais eram os pressupostos sobre os favelados e como deveria se dar a “conversão” à condição de “trabalhador”.

Ainda que preocupado com as diretrizes desses dispositivos de governo e os sentidos da condução das suas práticas, Wellington considera que os moradores não se limitam ao papel de seguir ou não a essas orientações, mas ao invés disso reformulam e ajustam essas dinâmicas às suas próprias vontades e possibilidades.

Nesse sentido, a recente política habitacional e de reassentamento repete características de outras políticas aplicadas em décadas anteriores, pressupondo que os favelados são uma espécie de “tábula rasa” que precisa ser disciplinada. Contrariando esse olhar que os condiciona a mero público-alvo, o livro apresenta os moradores condôminos/favelados como agentes da própria representação de si e do mundo, protagonistas de “um projeto bastante claro: utilizar esse formato de moradia [...] como uma forma de limpeza moral diante da cidade” (p. 249).

Produzindo e reforçando concepções específicas de ordem e de “bem viver”, moradores mobilizam recursos do próprio condomínio como uma ferramenta de “limpeza moral”, classificando e controlando o comportamento dos vizinhos e, para tanto, acionando o estigma de favelado quando necessário.

Assim, os residentes do condomínio Esperança não se afastaram tanto da anterior condição de status, sendo favelado aquele que não pode ou não consegue se ajustar ao novo modo de vida. A “favela”, então, não perde o seu sentido próximo a “desordem”, tráfico de drogas e baile funk. Um exemplo foi o evento organizado no próprio condomínio a partir de agosto de 2014, chamado “pagode dos predinhos”, e que foi mal visto por moradores que consideravam a frequência aberta aos favelados como um indício à venda de drogas no local.

Para Wellington, as resistências ao projeto estatal de disciplinarização dos pobres são articuladas de diferentes formas e não necessariamente criticando as autoridades, mas as formas de poder por elas articuladas. “Se o estigma da favela insiste em ser imputado ao espaço, alguns moradores aproveitam dessas representações para se inserir em outros mercados, construindo novas fontes de aquisição de capital social e econômico” (p. 303), ou seja, os moradores não são personagens inertes ou completamente ajustados aos desejos dos governantes: eles também produzem a nova forma de vida dos condomínios populares, contribuindo para tornar as regras e as expectativas realizáveis de acordo com os seus próprios interesses.

O livro contribui com uma análise rica sobre os efeitos das políticas habitacionais empreendidas em período recente, considerando em especial os limites e alcances no acesso aos direitos por essa parte da população. Teria a condição de moradia o poder de ampliar a cidadania dos pobres urbanos? A leitura do autor indica que esforços têm sido feitos nesse sentido, mas certos impedimentos também colocam em xeque a própria ideia de “favela” como lugar. O condomínio Esperança nos faz lembrar que favelas são mais do que um fe-

nômeno do espaço, na verdade, são uma imaginação da cidade e de seus moradores, uma dimensão do espectro da segregação urbana que ganha vida sob novas formas, emersas das mudanças que estão sempre acontecendo nas cidades.

Bibliografia

FAULHABER, L.; AZEVEDO, L. *SMH 2016: remoções no Rio de Janeiro olímpico*. Rio de Janeiro: Mórula, 2015.

RIBEIRO, L. C. de Q.; OLINGER, M. *A favela na cidade-commodity: desconstrução de uma questão social*. In: MELLO, M. A. et al. (Orgs.). *Favelas cariocas – ontem e hoje*. Rio de Janeiro: Garamond, 2013. p. 331-348.

Notas

- 1 Doutor pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS-UERJ) e professor do Centro Universitário de João Pessoa (Unipê). Integrante do CIDADES – Núcleo de Pesquisa Urbana da UERJ e do CEVIS – Coletivo de Estudos sobre Violência e Sociabilidade, também da UERJ. N° ORCID: 0000-0001-7340-627X. E-mail: daviesfr@gmail.com
- 2 Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro. A tese do autor foi defendida em abril de 2016 com o título “Minha casa, suas regras, meus projetos: gestão, disciplina e resistência nos condomínios populares do PAC e MCMV no Rio de Janeiro”, orientada por Márcia da Silva Pereira Leite e Neiva Vieira da Cunha.
- 3 Iniciado em 2007, o Plano de Aceleração do Crescimento (PAC) empreendeu uma série de iniciativas, mediante investimento público, com o objetivo de manter a economia nacional aquecida. O PAC Favelas, iniciado em 2009, contemplou obras de urbanização e infraestrutura em certas áreas das cidades, e no Rio de Janeiro se concentrou em favelas grandes consideradas “complexos”, como Alemão, Manguinhos e Rocinha.
- 4 Bairro da zona norte carioca construído em 1969 por iniciativa da Companhia Estadual de Habitacional (COHAB) para receber parte dos desalojados da favela do Pinto, localizada na zona sul e incendiada naquele mesmo ano.